

# Provas decisivas

RAUL PILLA

**A** PROVAS decisivas para a sobrevivência da instituição parlamentar vão ser submetida à Câmara dos Deputados.

A primeira é a da prorrogação dos mandatos, campanha que se inicia tão insidiosamente quanto a da elevação do subsídio no curso da passada legislatura, campanha em que, como com esta ocorreu, ninguém a princípio quer acreditar, mas campanha que pode acabar vencendo, pela progressiva paralisia dos centros de reação moral. A elevação do subsídio era inconstitucional e, como tal, absolutamente condenável, mas poderia explicar-se pela vertiginosa ascensão do custo da vida na capital. A propalada prorrogação dos mandatos nem tal atenuante poderia apresentar. Será fruto exclusivo do mais estúpido egoísmo e da mais completa ausência de espírito cívico. Em troca da inhapa de um ano de mandato, o que se conseguirá é desmoralizar por tal forma uma instituição pouco simpática à generalizada incultura política da nossa gente, que até a possibilidade de novos mandatos ficará comprometida. Ném isto lograrão perceber os que sòmente sabem pensar em termos de vantagens e conveniências pessoais e imediatas?

A segunda, embora menos árdua prova, por que vai passar a Câmara dos Deputados, é a eleição do seu presidente. Constitui este um cargo só inferior ao de presidente da República, porque não dispõe da fôrça material. Mas é o presidente da Câmara, juntamente com o presidente do Senado, o chefe de um dos poderes da República, justamente o mais alto e mais importante deles, por incarnar diretamente a soberania popular. Deve ser, antes de tudo, um magistrado, isto é, um homem que, no exercício das suas funções, não distinga entre amigos e inimigos, entre correligionários e adversários, e, sobretudo, se cinja sempre à lei. E não seria bastante, se não tivesse também um forte sentimento da dignidade da instituição e a necessária coragem para a defender contra tudo e contra todos.

Ora, a Câmara dos Deputados negar-se-ia tanto a si mesma elegendo seu presidente quem pretendesse degradá-la com a promessa de facilidades, como elegendo quem lhe impusesse o governo. Neste caso, padeceria o princípio constitucional da independência dos poderes; naquele, a própria instituição é que se comprometeria.

A duras provas, pois, vai submeter-se a Câmara dos Deputados. Lembre-se, ao afrontá-las, que é órgão do mais alto poder da República.